

#113

SEU DINHEIRO 247

A SUA REVISTA DE FINANÇAS PESSOAIS

JURO SOBE, CRÉDITO DIMINUI

*BC sinaliza que elevará Selic e
empresas tomam menos empréstimos*

**A QUEDA DOS
BORRACHUDOS**

CAI O NÍVEL
DE EMISSÃO DE
CHEQUES SEM
FUNDOS

**APOSTA NO
CONSUMO**

AUMENTA A
INTENÇÃO DE
COMPRA DOS
BRASILEIROS

**CONSTRUÇÃO
EM ALTA**

EMPRESÁRIOS E
COMPRADORES DE
MATERIAIS ESTÃO
OTIMISTAS

**ESTADOS
COMPETITIVOS**

IMPOSTO DE
MICROEMPRESAS
VARIA ATÉ 85% ENTRE
REGIÕES DO PAÍS

OFERECIMENTO:

CAIXA
SEGUROS

OS JUROS SOBEM, O CRÉDITO DIMINUI

Alexandre Tombini, presidente do Banco Central, sinaliza continuidade do aumento da Selic para conter inflação



XV Seminário Anual de Metas para a Inflação



Stênio Ribeiro
Repórter da Agência Brasil

Brasília – O presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, disse no último dia 18 que as ações de controle da inflação, iniciadas em abril último com a retomada do processo de elevação da taxa básica de juros (Selic), serão mantidas por “um período de horizonte relevante”, porque a inflação ainda está “em um patamar desconfortável”.

Tombini lembrou que baixar a inflação é um compromisso do BC para dar mais confiança ao mercado. “Confiança é condição necessária para a consolidação do crescimento econômico do país”, destacou Tombini, em audiência pública no Congresso Nacional, que reuniu deputados e senadores de seis comissões. Pelo Artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a autoridade monetária tem de apresentar aos parlamentares, uma vez

18,3%
é a alta
acumulada de
janeiro a agosto
entre grandes
empresas

por semestre, um relatório com a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial.

Ao falar sobre as diretrizes da política monetária, o presidente do BC considerou bem sucedida a política de leilões diários para irrigar o mercado com dólares, adotada no mês passado, porque baixou a cotação da moeda norte-americana em torno de 8% nas três últimas semanas. O dólar caiu de R\$ 2,42 para R\$ 2,26 no pregão do dia 17. “O patamar de câmbio hoje é mais favorável à produção nacional”, ressaltou Tombini.

Ele reafirmou que os fundamentos da economia brasileira continuam sólidos, como mostra o saldo positivo de R\$ 17,7 bilhões do BC no primeiro semestre e o crescimento de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB), soma das riquezas produzidas no país, no período de maio a junho. Tombini acredita, inclusive, que o PIB “certamente será de expansão também no terceiro trimestre”, em linha com o fortalecimento da confiança das famílias em relação ao emprego e ao consumo.

A audiência de hoje foi promovida em conjunto pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado; e pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Finanças e Tributação e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Saiba
mais



MENOS EMPRÉSTIMOS

Demanda das empresas por crédito recua 4,2% em agosto, indica Serasa

Agência Brasil

São Paulo - A demanda das empresas por crédito recuou 4,2% em agosto na comparação com julho, segundo levantamento divulgado no dia 16 pela empresa de consultoria Serasa Experian. Em julho, foi registrado crescimento de 9,7% na busca por crédito em relação ao mês anterior. Na comparação com agosto do ano passado, a demanda foi 6,2% menor.

De acordo com a Serasa, a variação acumulada passou de -3,7%, entre os meses de janeiro e julho, para -4,0%, de janeiro a agosto, em relação aos mesmos períodos do ano passado. Segundo os economistas da Serasa, a queda da confiança dos empresários, a alta do dólar e os juros em elevação impactaram negativamente na busca de crédito pelas empresas no mês passado.

A queda registrada em agosto foi concentrada nas micro e pequenas empresas, que registraram queda de 4,7% em relação a julho. Na direção contrária, houve avanço de 2,5% na demanda por crédito nas médias empresas e de 4,5% por grandes empresas.

No acumulado do ano, as grandes empresas registraram a maior demanda por crédito: alta de 18,3% de janeiro a agosto em relação ao mesmo período do ano passado. As médias empresas aparecem a seguir com 4,7% no acumulado do ano. Em contrapartida, no período de janeiro a agosto houve queda de 4,7% na busca das micro e pequenas empresas por crédito.

4,7%

foi a queda, no mesmo período, registrada por pequenos e médios



cheques



MENOS BORRACHUDOS

*Emissão de cheques sem fundos
cai no país, indica a Serasa*



Marli Moreira
Repórter da Agência Brasil

São Paulo – A proporção de cheques sem fundos no país diminuiu em agosto, tanto na comparação com o mês de julho, quanto na comparação com o mesmo período de 2012. Dos 68,8 milhões de cheques compensados, 1,87% foi devolvido pela segunda vez por falta de provisão na conta do emissor.

Em julho, foram devolvidos 2,03% de um total de 73,3 milhões de cheques compensados e em agosto do ano passado 1,97% das 78,1 milhões de operações não puderam ter o pagamento efetuado. Os dados são da pesquisa sobre o Indicador Serasa Experian de Cheques Sem Fundos.

No acumulado de janeiro a agosto, o percentual de cheques devolvidos foi 2,05% - o mesmo que o registrado em igual período de 2012. Desde o início do ano até agosto, foram com-

2,03%
dos 73,3 milhões
de cheques
compensados
foram devolvidos
em julho

pensados 558,5 milhões dos quais 11,4 milhões não tinham fundos. Já nos primeiros oito meses do ano passado, as devoluções pelo mesmo motivo somaram 12,6 milhões de um total de 615,3 milhões de documentos que passaram pelo sistema de compensação bancária.

Na avaliação dos economistas da Serasa Experian, entre os fatores que levaram a essa queda estão o recuo da inflação, a manutenção do desemprego em baixa e “a maior cautela do consumidor em assumir novas dívidas, evitando aumentar seus níveis de comprometimento de renda”.

Por região, a taxa mais elevada no período de janeiro a agosto foi detectada no Norte (4,41%) e a mais baixa no Sudeste (1,6%). Roraima teve o maior volume de cheques sem fundos nesse período, com 10,81% do total de compensados. Na comparação de agosto sobre julho, no entanto, houve queda com índice em 7,8% ante 12,9%. No mesmo mês de 2012, o estado registrou 7,5% de devoluções.

Intenção de Consumo das Famílias aumenta em setembro, mas cai em relação ao ano passado

O BRASIL VAI ÀS COMPRAS



Vladimir Platonow
Repórter da Agência Brasil

Rio de Janeiro – A Intenção de Consumo das Famílias (ICF) aumentou 2,3% em setembro, comparado com agosto, mas recuou 7% em relação a setembro de 2012. Os dados foram divulgados no dia 18 pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Para o economista da CNC Bruno Fernandes, a melhora no mês deve-se a um avanço positivo no quadro da inflação, que registrou leve declínio.

“O ponto principal desta pesquisa é que, desde dezembro de 2012, é a primeira vez no ano que se tem todos os componentes com resultados favoráveis na avaliação mensal. Isso se atribui a alguns pontos, incluindo o alívio pontual da inflação, fazendo com que as famílias se sintam mais otimistas em relação à renda e ao consumo”, explicou Fernandes.

2,3%
foi a alta no índice
de intenção de
compra no mês
de setembro

Apesar da melhora no mês atual, o houve piora na comparação com setembro de 2012. Para o economista, isso decorre do fim da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que incidia na linha branca de eletrodomésticos e também nos automóveis. Segundo ele, outros fatores que levaram à piora este ano são o aumento na taxa básica de juros, encarecendo o crédito ao consumidor, e o câmbio mais valorizado, tornando mais caros os produtos importados.

Um dos pontos positivos citados pelo economista é a redução no volume de dívidas das famílias, o que acaba favorecendo novas compras: “O endividamento vem seguindo uma trajetória favorável, com uma diminuição daqui para a frente”.

Por causa disso, Fernandes previu um consumo moderado para este Natal. “A gente espera um consumo mais moderado do que o registrado no ano passado. Será um Natal bom. Não será recessivo, mas não [será] tão favorável quando o de 2012.”

construção

HORA DE CONSTRUIR E REFORMAR

*Vendas de materiais de construção
crescem 8,2% em agosto, sinalizando
confiança do consumidor no futuro*



Da Agência Brasil

São Paulo – As vendas de materiais de construção em agosto deste ano cresceram 8,2% em relação a julho, segundo levantamento divulgado no dia 18 pela Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat). Na comparação com agosto do ano passado, o crescimento foi 3,2%.

No período de janeiro a agosto deste ano, também foi registrado crescimento de 3,6% no setor, em comparação com o mesmo período de 2012.

Segundo a Abramat, o acumulado das vendas nos oito primeiros meses está abaixo da previsão para o fechamento do ano, que aponta uma expectativa de crescimento de 4% em relação a 2012. Em nota, a associação diz que para o setor atingir essa meta precisará de novos estímulos do governo federal,

4%
é a estimativa
de crescimento
do setor em
relação a 2012

como a ampliação do prazo de desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a manutenção dos níveis de emprego, renda e crédito e a aceleração do ritmo das obras de infraestrutura.

De acordo com o balanço, o nível de emprego na indústria de materiais de construção ficou praticamente estável em agosto deste ano em relação a julho, crescendo 0,1%. Em comparação a agosto de 2012, houve alta de 0,7%.



Saiba
mais



CONSTRUTORES OTIMISTAS

Melhoram as expectativas dos empresários da construção civil



*Daniel Mello
Repórter da Agência Brasil*

São Paulo – Melhoraram as previsões dos empresários da construção civil em relação ao desempenho das empresas nos próximos meses, segundo sondagem divulgada no dia 17 pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil de São Paulo. O índice de confiança subiu 1,7%, em agosto, na comparação com o levantamento anterior, que é feito trimestralmente. Nos últimos 12 meses, o índice registra queda de 2,3%.

As expectativas dos empresários pioraram em relação à condução da política econômica e sobre o crescimento econômico. Caiu também a confiança de que a inflação irá se reduzir daqui para a frente. Sobre a evolução de custos, entretanto, houve melhora de 9% nas expectativas sobre o trimestre anterior e 0,4% nos últimos 12 meses. Em relação às dificuldades financeiras, o índice subiu 2,5% no trimestre e 5,9% no ano.

1,7%

**foi o crescimento do índice de
confiança no mês de agosto**



GUERRA FISCAL PARA MICROS E PEQUENOS

Carga tributária das microempresas tem diferença de até 85% entre os estados



Stênio Ribeiro
Repórter da Agência Brasil

Brasília – As diferentes fórmulas de cobrança de impostos e taxas incidentes sobre as micro e pequenas empresas provocam diferenças significativas entre os estados, apesar de serem protegidas pelo Simples Nacional, sistema tributário diferenciado, que beneficia pequenos empresários.

Pesquisa feita pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), verificou carga fiscal média de 5,2% no país. Mas existem grandes distorções do Simples Nacional entre os 26 estados e o Distrito Federal. A maior tributação, de 8,62% no Mato Grosso, está 85% acima da menor tributação, de 4,66% no Paraná.

A constatação das diferenças originou o estudo Tributação sobre Micro e Pe-

8,62%
é a maior
tributação, no
Mato Grosso

4,66%
é a menor,
no estado do
Paraná

quenas Empresas: Ranking dos Estados, lançado no dia 19, na sede da CNI, com o objetivo de identificar práticas incomuns na aplicação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas empresas optantes pelo Simples Nacional.

O ministro interino da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Nelson Hervey, defendeu o monitoramento constante do Simples Nacional, para que os pequenos empreendedores não sejam prejudicados. “Não podemos permitir que mecanismos como sublimites, substituição tributária, antecipação ou qualquer outro diminuam o benefício que o Simples oferece. Temos que melhorar o diálogo” – disse ele.

Para o presidente do Conselho Permanente da Micro e Empresa da CNI, Amaro Sales, as discrepâncias entre as cargas tributárias só serão equalizadas quando os governos estaduais se conscientizarem que a isonomia é decisiva para dar sustentação às empresas de menor porte – responsáveis por quase 60% dos empregos no país – e para favorecer a arrecadação.

Nosso grande desafio, acrescentou, é fazer com que os governadores e secretários de Fazenda entendam as distorções no Simples Nacional, e o que elas provocam no desenvolvimento das micro e pequenas empresas. Segundo Amaro, os estados se preocupam somente em aumentar a arrecadação e não percebem que, no médio prazo, a arrecadação vai diminuir se as empresas não prosperarem.